

Sercomtel S.A. Telecomunicações

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021 e relatório
do auditor independente**

SUMÁRIO

Página

<i>Relatório do Auditor Independente</i>	<i>03</i>
<i>Balanço Patrimonial - Ativo</i>	<i>07</i>
<i>Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido.....</i>	<i>08</i>
<i>Demonstração do Resultado do Período.....</i>	<i>09</i>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>10</i>
<i>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>11</i>
<i>Demonstração dos Valores Adicionados.....</i>	<i>12</i>
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....</i>	<i>13</i>

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Sercomtel S.A. Telecomunicações
Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sercomtel S.A. Telecomunicações**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Sercomtel S.A. Telecomunicações**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a Companhia possui ações judiciais pleiteando direito acionário, para as quais a Companhia tem adimplido os honorários de sucumbência, custas processuais e valores referentes a dividendos e JCP, além da entrega dos certificados das ações preferenciais devidas aos proprietários que atendem aos requisitos previstos na Lei nº 11.640/2012 e que ingressaram com processos individuais, inclusive, em decorrência do trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 008765-63.2001.8-16.0014. Para fazer frente às execuções individuais decorrentes da sentença coletiva, a Companhia, com base em análise efetuada por seu departamento jurídico, mantém provisionado aproximadamente R\$ 1.458 mil. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Consideramos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

a) Redução relevante de provisão para contingências (Nota explicativa nº 23)

O saldo das provisões para contingências está composto por ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, requerendo, principalmente, reenquadramento salarial, reintegração ao emprego e verbas trabalhistas e por

ações cíveis, em sua maioria, por ações ou processos administrativos que envolvem a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, provenientes de multas aplicadas por supostas infrações que teriam sido praticadas pela Companhia e que foram aferidas através de Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações – PADOS. Tais multas versam, em sua maioria, sobre descumprimentos de obrigações com os usuários e obrigações decorrentes de seus contratos de concessão do serviço de telefonia fixa, o que envolve as metas do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) e bens reversíveis, além de processos na área de direito do consumidor, questionando-se especialmente eventuais inscrições no Serasa devido à ausência comprobatória da contratação dos serviços.

Consideramos como Principal Assunto de Auditoria devido à redução significativo no montante das provisões de cunho trabalhista, com reflexo relevante nas demonstrações contábeis.

Em nossa auditoria, nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento das premissas utilizadas, em comparação ao ano anterior e revisão dos relatórios dos assessores jurídicos em relação a probabilidade e estimativa de perda.

Na aplicação dos procedimentos acima não identificamos situações de inconsistências relacionadas com a redução da provisão e seus reflexos contábeis e de acordo com as práticas utilizadas para levantamento deste tipo de provisão, verificando que a redução no valor das provisões decorre, substancialmente, do encerramento de diversos processos trabalhistas, principalmente, por acordo entre as partes no decorrer do exercício.

b) Créditos Tributários a Compensar – Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota explicativa nº 9)

Em 28 de março de 2019, a ação movida pela Companhia objetivando o reconhecimento do seu direito líquido e certo ao recolhimento das contribuições sociais para o PIS/PASEP e COFINS sem a inclusão, na base de cálculo, da parcela relativa ao ICMS, transitou em julgado, com decisão favorável à autora, com efeito retroativo ao prazo de 5 (cinco) anos do início do processo judicial, ou seja, desde dezembro de 2002. Em 29 de julho de 2019 a Companhia ingressou na Receita Federal do Brasil com pedido de habilitação do crédito decorrente da ação transitado em julgado, visando a utilização do crédito. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia obteve decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação do crédito pleiteado, referente ao período de 12/2002 a 11/2007. Em dezembro de 2019, a Companhia atualizou o valor pela SELIC e constituiu crédito a compensar no montante de R\$ 26.705. Desse montante, R\$ 10.655 foram registrados na rubrica “Ressarcimento/Indenizações Diversas” e R\$ 16.050 na rubrica “Outras Receitas Financeiras”. Tendo em vista que a Receita Federal do Brasil emitiu a Solução de Consulta Interna SCI nº 13/2018, firmando entendimento que o montante a ser excluído da(s) base(s) de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS é o valor mensal do ICMS a recolher, declarados na escrituração fiscal digital do ICMS (EFD-ICMS) e não o ICMS destacado em Nota Fiscal, a Companhia constituiu provisão para perdas do valor recuperável no total de R\$ 5.458, que corresponde à diferença apurada entre o ICMS a recolher e ICMS apurado, enquanto se aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional no processo RE 574.706-PR no STF – Superior Tribunal Federal. A partir de janeiro de 2020 a Companhia passou a compensar o crédito com os valores a pagar dos impostos federais PASEP, COFINS, IRPJ e CSLL via PERD/DCOMP e estarão sujeitos a homologação por parte das autoridades fiscais.

Este assunto foi tratado como Principal Assunto de Auditoria devido a relevância dos valores reconhecidos.

Como procedimento de auditoria, envolvemos nossos especialistas em temas tributários, para nos auxiliar em relação à fundamentação utilizada pela Companhia para suportar o reconhecimento, bem como a mensuração dos valores envolvidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas realizadas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9.

c) Valores a receber decorrentes da venda de Terrenos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia mantém valores a receber decorrentes da venda de terrenos, no montante de R\$ 15.488 mil, valor este originado pela realização de Leilão Público com o objetivo de alienação, por lote, de dois terrenos pertencentes ao patrimônio da Companhia, cujo valor a receber em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 8.249 mil, no Ativo Circulante e R\$ 687 mil Ativo Não Circulante.

Este assunto foi tratado como Principal Assunto de Auditoria devido a relevância dos valores envolvidos.

Como procedimento de auditoria, analisamos a documentação relativa ao Leilão, que compreende os Laudos de Avaliação dos imóveis, o próprio Edital de Concorrência nº 003/2020, a respectiva ata de abertura e os contratos de compra e venda correspondentes. Adicionalmente, verificamos o recebimento dos valores relativos à entrada e das parcelas vencidas entre a data de venda até a data de 31 de dezembro de 2021, bem como a atualização monetária dos valores pendentes de recebimento, em conformidade com o Edital.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria adotados, consideramos adequados os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis a este título, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10.

d) Programa de demissão voluntária (PDV) 2021 (Nota explicativa nº 18)

No início do exercício de 2021 a Companhia lançou o Programa de Demissão Voluntária para todos os empregados com contrato de trabalho indeterminado, independentemente do cargo, função, forma de contratação, situação do contrato de trabalho, local de prestação do serviço, inclusive aqueles com contrato de trabalho suspenso ou interrompido, seja qualquer a causa de motivação legal, observando o teto de R\$ 25.000 mil (vinte e cinco milhões de reais) para o pagamento das verbas decorrentes deste PDV, respeitando-se a ordem de adesão e sua devida homologação, resguardando à Sercomtel o direito de não homologar as adesões que resultarem no acúmulo superior ao valor do limite estabelecido.

No primeiro período de inscrição, que ocorreu entre 27/01/2021 e 02/02/2021, houve a adesão de 165 (cento e sessenta e cinco) colaboradores, cujo valor totalizou R\$ 19.104 mil, pagos em 08 (oito) parcelas.

No mês de outubro, a Companhia lançou novo Programa, com prazo para inscrição entre 26/10/2021 e 01/11/2021 e contou com a adesão de 45 (quarenta e cinco) colaboradores, totalizando R\$ 5.688 mil, com pagamento também em 08 (oito) parcelas.

Para validação dos dados produzidos por referido programa, aplicamos procedimentos de auditoria que incluíram, dentre outros: Avaliação do regulamento do Programa de Demissão Voluntária, inspeção dos respectivos termos de adesão ao programa, recálculo dos valores de PDV devidos, reconciliação do saldo contábil com os registros auxiliares e verificação do pagamento dos valores devidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria adotados, consideramos adequados os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis a este título.

Outros assuntos

Continuidade operacional - Pado nº 53500.070925/2017-08

Desde 2017 a Companhia vinha passando por processo de avaliação por parte da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, quanto a aplicação de caducidade no tocante a concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, bem como das autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou

não de cassação das referidas outorgas, com a instauração de Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações – Pado nº 53500.070925/2017-08. Visando a reversão do processo de caducidade e de cassação, o Município de Londrina, autorizou a Prefeitura Municipal a efetuar a desestatização da Sercomtel S.A. – Telecomunicações e em 18 de agosto de 2020 foi realizado leilão para cessão do direito de preferência no aumento de capital na Companhia, através de sessão pública organizada e realizada pela B3 S.A, tendo como vencedor o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia pelo valor mínimo de R\$ 130 milhões. A efetivação da transferência do controle acionário ocorreu após anuência da ANATEL, em 16 de dezembro de 2020, bem como, a integralização de parte do capital, no valor de R\$ 50 milhões efetuado imediatamente após referida anuência, sendo que o valor remanescente de R\$ 80 milhões, deve ser integralizado no prazo máximo de até 18 (dezoito) meses, conforme necessidade de fluxo de caixa da empresa. Como decorrência da troca de controle acionário, do aporte de recursos e demais medidas adotadas pela Companhia para evitar os riscos à continuidade dos serviços oferecidos, bem como alavancar outros serviços de telecomunicações, em setembro de 2021 a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, decidiu pelo arquivamento e extinção do processo em referência.

Incorporação da Sercomtel Participações S/A

Em agosto de 2021 foi efetivada a incorporação da Sercomtel Participações S/A e consequente transferência da outorga dos Serviços de Comunicação Multimídia (“SCM”) para a Sercomtel S.A. Telecomunicações, com assunção integral das atividades, direitos e obrigações até então de responsabilidade da Sercomtel Participações S/A.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

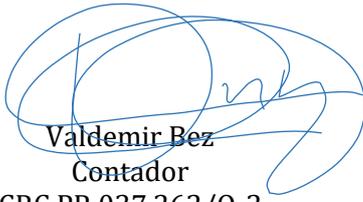
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 04 de fevereiro de 2022

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Balço Patrimonial em 31 de dezembro – Ativo

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2021	2020	
		Individual	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		96.777	101.035	104.004
Caixa e equivalente de caixa	4	47.955	57.252	58.732
Contas a receber	5	19.990	19.725	20.832
Estoques	6	6.186	4.313	4.313
Impostos a recuperar	7	2.759	2.517	2.749
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	1.132	1.132	1.132
Créditos a compensar	9	5.616	6.130	6.130
Valores a rec. Venda terrenos	10	8.249	7.434	7.434
Despesas do período seguinte		4.515	1.896	1.945
Outros créditos		375	636	737
NÃO CIRCULANTE		218.643	225.512	221.695
Realizável a longo prazo		42.511	55.419	56.665
Impostos a recuperar	7	1.664	1.388	1.388
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	23.775	23.775	23.775
Créditos a compensar	9	4.862	9.513	9.513
Valores a rec. Venda terrenos	10	687	8.054	8.054
Depósitos judiciais	11	11.523	12.689	12.689
Demais realizáveis a longo prazo		-	-	1.246
Investimentos	12	-	5.312	-
Imobilizado	13	174.656	162.563	162.773
Intangível	14	1.476	2.218	2.257
		315.420	326.547	325.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Passivo e Patrimônio Líquido

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2021	2020	
		Individual	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		108.520	75.049	74.201
Fornecedores	15	38.371	16.899	17.014
Taxas, contribuições e impostos	16	4.467	12.431	12.661
Parcelamento de impostos	17	36.136	23.842	23.842
Pessoal, encargos e benefícios	18	12.661	9.791	9.799
Empréstimos e financiamentos	19	6.001	291	291
Consignação em favor de terceiros	20	5.546	7.429	6.198
Parcelamentos ANATEL	24	2.718	2.640	2.640
Parcelamentos SUPRE	25	1.203	1.086	1.086
Outras valores a pagar		1.417	640	670
NÃO CIRCULANTE		182.132	187.894	187.894
Fornecedores	15	1.407	17.227	17.227
Parcelamento de impostos	17	78.830	41.731	41.731
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação	21	1.653	1.824	1.824
Benefícios pós emprego	22	22.241	15.601	15.601
Provisão para contingências	23	57.590	90.840	90.840
Parcelamentos ANATEL	24	10.353	12.734	12.734
Parcelamentos SUPRE	25	3.939	4.645	4.645
Contrato concessão/autorização		2.163	2.160	2.160
Outras obrigações		3.956	1.132	1.132
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.768	63.604	63.604
Capital social	26	392.415	392.415	392.415
Capital social a integralizar		(80.000)	(80.000)	(80.000)
Reserva de reavaliação		2.656	2.986	2.986
Ajuste passivos atuariais		(4.207)	-	-
Prejuízos acumulados		(286.096)	(251.797)	(251.797)
		315.420	326.547	325.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Demonstração de Resultados dos Exercícios em 31 de dezembro (Em Milhares de Reais)

	Nota	2021		2020	
		Individual	Controladora	Consolidado	
Receita operacional bruta		174.931	178.929	205.260	
Serviços de telecomunicações e venda de mercadorias		174.931	178.929	205.260	
Deduções e impostos sobre receitas		(54.988)	(56.843)	(64.064)	
Icms		(48.117)	(49.714)	(55.911)	
Pis/Pasep		(1.190)	(1.223)	(1.414)	
Cofins		(5.680)	(5.707)	(6.540)	
Vendas canceladas/Abatimentos		(1)	(199)	(199)	
Receita operacional líquida		119.943	122.086	141.196	
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(76.836)	(81.601)	(95.977)	
Resultado bruto		43.107	40.485	45.219	
DESPESAS OPERACIONAIS		(83.298)	(83.806)	(87.266)	
Despesas comerciais		(23.865)	(26.888)	(27.158)	
Despesas gerais e administrativas		(47.091)	(36.088)	(36.555)	
Outras despesas/receitas operacionais	27	(12.342)	(20.830)	(23.553)	
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(1.533)	(873)	(1.554)	
Resultado de equivalência patrimonial		73	1.058	-	
Redução no valor de investimentos		(1.606)	(1.931)	(1.554)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(41.724)	(44.194)	(43.601)	
RESULTADO FINANCEIRO		6.925	(8.230)	(8.677)	
Despesas financeiras	28	(10.387)	(13.326)	(13.840)	
Receitas financeiras	28	17.312	5.096	5.163	
Lucro (Prejuízo) antes do IR, CSLL/Participação nos Lucros		(34.799)	(52.424)	(52.278)	
Deduções do resultado		170	216	70	
Provisão para imposto de renda		125	159	58	
Provisão para contribuição social		45	57	12	
Lucro (prejuízo) líquido		(34.629)	(52.208)	(52.208)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajustes Passivos Atuariais	Capital Social a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	262.415	3.408	(5.657)	(0)	(200.007)	60.159
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(52.208)	(52.208)
Aumento de Capital(Capital Social a realizar)	130.000	-	-	-	-	130.000
Integralização de capital	-	-	-	(80.000)	-	(80.000)
Alteração no percentual de participação societária	-	-	-	-	-	-
Baixa de bens reavaliados	-	(3)	-	-	-	(3)
Baixa prov. Do IR e CS s/bens reavaliados	-	(1)	-	-	-	(1)
Realização da reserva de reavaliação	-	(418)	-	-	418	-
Ajustes passivos atuariais	-	-	5.657	-	-	5.657
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	392.415	2.986	-	(80.000)	(251.797)	63.604
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(34.629)	(34.629)
Realização da reserva de reavaliação	-	(330)	-	-	330	-
Ajustes passivos atuariais	-	-	(4.207)	-	-	(4.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	392.415	2.656	(4.207)	(80.000)	(286.096)	24.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro (método indireto)

(Em Milhares de Reais)

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício	(34.629)	(52.208)	(52.208)
Ajustes por:			
Depreciação	16.670	16.168	16.263
Valor residual do ativo permanente baixado	74	(10.335)	(10.335)
Provisão para baixa de imobilizado	(106)	(310)	(310)
Rendimentos do realizável a longo prazo	-	(820)	(820)
Ajustes passivos atuariais	(4.207)	5.657	5.657
Provisões para contingências	(33.250)	18.642	18.642
Provisão p/baixa do empréstimo a PML	-	30.437	30.437
Resultado de equivalência patrimonial	(73)	(1.058)	-
Redução no valor de investimentos	1.606	1.931	1.554
Provisão p/perdas investimento	-	(1.042)	(1.042)
Contrato de concessão	3	757	757
	(53.912)	7.819	8.594
Variações no ativo circulante			
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	(265)	4.988	5.889
(Aumento) Redução em estoques	(1.873)	1.088	1.088
(Aumento) Redução em Valores Rec - Venda Terrenos	(815)	(7.434)	(7.434)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(243)	(243)	(453)
(Aumento) Redução em outros créditos	261	65	761
(Aumento) Redução em clientes a longo prazo	-	-	1.360
(Aumento) Redução em despesas período seguinte	(2.618)	(166)	(173)
(Aumento) Redução em créditos a compensar	514	688	688
	(5.039)	(1.014)	1.726
Variações no passivo circulante			
Aumento (Redução) em pessoal, encargos e benefícios sociais	2.870	1.558	1.525
Aumento (Redução) em fornecedores	21.472	(10.381)	(10.353)
Aumento (Redução) em impostos, taxas e contribuições	4.409	16.013	15.732
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	5.710	(1.098)	(1.098)
Aumento (Redução) em outras obrigações	894	183	118
Aumento (Redução) em consignações a favor de terceiros	(1.883)	(495)	(495)
	33.472	5.780	5.429
Variações no realizável a longo prazo			
(Aumento) Redução em depósitos judiciais	1.165	(1.831)	(1.831)
(Aumento) Redução no realizável a longo prazo	2.117	3.530	3.530
(Aumento) Redução em créditos a compensar	4.651	4.916	4.916
(Aumento) Redução em Outros créditos	(276)	(246)	(246)
(Aumento) Redução em Valores Rec - Venda Terrenos	7.367	(7.807)	(7.807)
	15.024	(1.438)	(1.438)
Variações no exigível a longo prazo			
Aumento (Redução) em fornecedores	(15.820)	17.227	17.227
Aumento (Redução) no exigível a longo prazo	6.640	(10.754)	(10.754)
Aumento (Redução) em parcelamento de tributos	22.828	1.741	1.741
Aumento (Redução) em parcelamento Anatel	(2.381)	(2.314)	(2.314)
Aumento (Redução) na transferência do exigível longo prazo p/curto prazo	14.270	(11.668)	(11.668)
Aumento (Redução) em Empréstimos e financiamentos	-	-	-
	25.537	(5.768)	(5.768)
Total das atividades operacionais	15.082	5.379	8.543
Atividades de investimentos			
Redução de capital	1.578	2.243	2.243
Aplicações no imobilizado	(28.158)	(3.954)	(4.115)
Alienação de participação societária	-	-	-
Total das atividades de investimentos	(26.580)	(1.711)	(1.872)
Atividades de financiamentos			
Dividendos	2.201	1.045	(2.243)
Aumento de capital (Capital social a integralizar)	-	130.000	130.000
Integralização de capital	-	(80.000)	(80.000)
Total das atividades de financiamentos	2.201	51.045	47.757
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(9.297)	54.713	54.428
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	57.252	2.539	4.304
Saldo final dos equivalentes caixa	47.955	57.252	58.732
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(9.297)	54.713	54.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2021	2020	
		Individual	Controladora	Consolidado
RECEITAS				
Venda de serviços de telecomunicações		174.931	178.929	205.260
Constituição provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(356)	978	1.232
Outras receitas e despesas operacionais		17.843	39.698	39.726
		192.418	219.605	246.218
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Insumos consumidos		(81)	(342)	(342)
Outros insumos adquiridos		(67.703)	(22.220)	(36.511)
Material e serviços de terceiros		(63.704)	(44.432)	(46.970)
		(131.488)	(66.994)	(83.823)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		60.930	152.611	162.395
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO				
Depreciação e amortização		(16.670)	(16.168)	(16.263)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		44.260	136.443	146.132
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO				
Receitas financeiras	28	17.312	5.096	5.163
Resultado de equivalência patrimonial		73	1.058	-
Redução no valor de investimentos		(1.606)	(1.931)	(1.554)
		15.779	4.223	3.609
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		60.039	140.666	149.741
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		60.039	140.666	149.741
PESSOAL				
Remunerações		20.745	29.448	29.527
Encargos sociais (exceto INSS)		9.980	8.900	8.900
Entidade de previdência privada		1.139	1.682	1.682
Auxílio alimentação		2.775	4.791	4.791
Convênio assistencial e outros benefícios		1.464	4.190	4.210
Custos imobilizados		(97)	(331)	(331)
		36.006	48.680	48.779
GOVERNO				
INSS (sobre folha de pagamento)		6.438	9.991	10.013
ICMS		48.117	49.714	55.911
Imposto de renda e contribuição social		(170)	(216)	(70)
Outros		(21.304)	56.203	58.159
		33.081	115.692	124.013
FINANCIADORES				
Juros e variações cambiais		10.387	13.326	13.840
Aluguéis		15.194	15.176	15.317
		25.581	28.502	29.157
ACIONISTAS				
Resultados retidos		(34.629)	(52.208)	(52.208)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Da Companhia

A Sercomtel S.A. Telecomunicações, é uma empresa fundada em 1964 pelo Município de Londrina, constituída originalmente sob regime de Sociedade Anônima de Economia Mista, cujo segmento de negócio é Telecomunicações. As atividades principais são a prestação e exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”), do Serviço de Telefonia Móvel Celular (“SCM”) e Serviços de Banda Larga.

A Companhia atende 15 municípios com rede própria com os serviços de Banda Larga e Voz, e tem a possibilidade de atendimento de 183 municípios com serviços de voz da Sercomtel em parceria com os serviços de dados da Copel Telecom, totalizando 198 municípios com possibilidade de atendimento no Estado do Paraná. Na telefonia celular opera nas cidades de Londrina e Tamarana.

As dificuldades de cunho econômico-financeiro enfrentadas, há mais de uma década, não deixaram outra alternativa que não a privatização da Companhia. Em dezembro de 2020 houve a capitalização pelo Fundo Bordeaux que culminou na alteração da natureza jurídica para o regime privado.

b) Da Concessão

Em 1998 a Companhia celebrou com a ANATEL, contrato de concessão do serviço telefônico fixo comutado local e de longa distância, outorgada a título gratuito. Em 22 de dezembro de 2005 este contrato foi prorrogado, ficando estabelecido seu término em 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê revisões em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020 visando estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade.

De acordo com a legislação regulatória em vigor, integram o acervo da concessão, sendo a ela vinculados, os bens pertencentes ao patrimônio da Concessionária e que sejam indispensáveis à prestação do serviço concedido, especialmente aqueles qualificados no contrato de concessão, como abaixo:

- Infra-estrutura e equipamentos de comutação e transmissão incluindo terminais de uso público;
- Infra-estrutura e equipamentos de rede externa;
- Infra-estrutura e equipamentos de energia e ar condicionado;
- Infra-estrutura e equipamentos de centros de atendimento e de prestação de serviço;
- Infra-estrutura e equipamentos de sistemas de suporte a operação;
- Outros indispensáveis à prestação do serviço.

No caso de risco à continuidade dos serviços ou no eventual impedimento da reversão dos bens vinculados à concessão, a ANATEL poderá negar autorização para utilização de bens por terceiros ou exigir que o respectivo Contrato contenha cláusula pela qual o proprietário se obriga, em caso de extinção da concessão, a manter os Contratos e em sub-rogar a ANATEL nos mesmos direitos dele decorrentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de forma individual com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições da lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76), com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), nos padrões da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia, voluntariamente, com o intuito de fornecer maior transparência de suas operações, inclui na divulgação de suas demonstrações contábeis a demonstração do valor adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governos e outros, e a parcela da riqueza não distribuída.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

a) *Apresentação das demonstrações contábeis*

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) *Benefícios aos empregados*

Baseado nas especificações do pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, no exercício de 2013, momento de transição de normas que regulam a matéria, foram reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Sercomtel patrocina para seus colaboradores um plano de Previdência Complementar, administrado pela Supre – Fundação de Suplementação de Aposentadoria, estruturado na modalidade de benefícios definidos.

O Plano Misto de Benefícios previdenciários é custeado por contribuições dos Participantes Ativos, Participantes Auto-patrocinaados, Participantes Vinculados, Participantes Assistidos e Patrocinadoras, considerando os seguintes benefícios:

- Renda mensal de aposentadoria;
- Renda mensal de aposentadoria por invalidez;
- Renda mensal de pensão por morte;
- Renda mensal de auxílio-doença;
- Pecúlio por morte.

c) *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

d) *Contas a receber de clientes*

São valoradas pelas tarifas na data da prestação dos serviços incluindo, também, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na análise dos créditos a receber, face aos riscos envolvidos, cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e) *Estoques*

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

f) *Investimentos*

Conforme pronunciamento técnico CPC 18, os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, incluindo provisão para perdas em investimentos, quando necessária.

g) *Imobilizado*

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação registrada em 2006. A depreciação é calculada em função da vida útil estimada dos bens, revisada de acordo com os laudos técnicos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

h) *Intangível*

Está demonstrado pelo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

i) *Demais ativos circulantes e não circulantes*

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

j) *Tributos (Impostos e Contribuições)*

As receitas de vendas e serviços, em sua maioria, estão sujeitas a tributação pelo ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Parte das suas receitas estão sujeitas ao ISS – Imposto sobre Serviços e são calculadas às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo PIS/PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, onde há a incidência nos dois regimes de tributação, ou seja, cumulativo e não-cumulativo. Também, parte de suas receitas são tributadas pelo FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações).

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o lucro das Demonstrações Financeiras e o lucro para fins fiscais, com base nas alíquotas vigentes e na extensão de sua provável realização.

k) *Estimativas Contábeis*

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas

para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a premissas utilizadas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

m) Informação por Segmento

A Sercomtel S.A. – Telecomunicações opera o STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, o SCM – Serviço de Comunicação Multimídia e o SMP – Serviço Móvel Pessoal, compreendendo a prestação dos serviços de telefonia fixa local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados por linha dedicada, banda larga, serviço móvel celular e outros, segmentado geograficamente no Paraná tendo como matriz a cidade de Londrina.

A Sercomtel tem possibilidade de atendimento em 198 cidades paranaenses. São 15 cidades atendidas com infraestrutura própria e, em parceria com a Copel Telecom, tem a possibilidade de atendimento em outras 183 cidades. Na telefonia celular opera em 02 cidades.

Atualmente as cidades atendidas por meio de rede própria com o serviço STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado (voz) e Serviço de Comunicação Multimídia (banda larga) são: Apucarana, Araçongas, Astorga, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procópio, Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Mandaguari, Rolândia, Sabáudia, Santo Antônio da Platina, Sarandi e Tamarana.

Por meio de parceria com a Copel Telecom, tem possibilidade de atendimento de Serviço Telefônico Fixo Comutado (voz) da Sercomtel e Serviço de Comunicação Multimídia (banda larga) da Copel Telecom, no Estado do Paraná.

As cidades atendidas com o SMP – Serviço Móvel Pessoal são: Londrina e Tamarana.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Caixa	12	34	35
Banco conta movimento	395	505	590
Aplicações financeiras	47.548	56.713	58.107
	47.955	57.252	58.732

As aplicações financeiras são compostas por 78,00% em fundos de investimentos e 22,00% em CDB com remuneração média acima de 100,15% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro, o saldo das aplicações financeiras está apresentado da seguinte forma:

	2021
	Individual
Caixa Econômica Federal	-
Caixa Econômica Federal - Bens reversíveis	363
Banco Santander	2.613
Sicoob	1.527
Banco Master	43.045
	47.548

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Contas a receber de particulares	20.807	20.862	22.033
Contas a receber de autarquias	1.044	195	195
Detraf - Declaração de tráfego e prestação de serviços	-	4.747	4.747
Contas a faturar	283	342	342
Outros	5.395	1.421	1.421
	27.529	27.567	28.738
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa	(7.539)	(7.842)	(7.906)
	19.990	19.725	20.832

Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada levando-se em consideração o percentual acumulado das perdas efetivas ocorridas nos últimos 11 meses, visto que após 360 dias são consideradas como perdas.

6. ESTOQUES

Em 31 de dezembro o saldo da conta de estoques está apresentado da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Material de consumo	5.774	4.197	4.197
Aparelhos	56	47	47
Acessórios e outros	356	69	69
	6.186	4.313	4.313

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021		2020	
	Individual	Controladora	Consolidado	
Imposto de renda	184	15	171	
Contribuição social	63	3	59	
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS	3.572	3.853	3.853	
Imposto de renda retido na fonte	582	34	34	
Pasep e Cofins	22	-	-	
Outros	-	-	20	
	4.423	3.905	4.137	
No ativo circulante	2.759	2.517	2.749	
No ativo não circulante	1.664	1.388	1.388	
	4.423	3.905	4.137	

O imposto de renda e contribuição social refere-se a créditos de exercícios anteriores, relacionados aos pagamentos destes tributos por estimativa e de retenções de órgãos públicos.

Os créditos relativos ao ICMS referem-se à recuperação de créditos do ativo imobilizado, de compras de insumos e materiais e créditos adquiridos pelo sistema SISCRED.

O imposto de renda retido na fonte decorre dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

8.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

	IR		CS	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do IR/CS	(34.799)	(52.424)	(34.799)	(52.424)
Adições de despesas indedutíveis	48.057	73.658	47.776	73.431
Exclusões de reversões de provisões	(82.202)	(44.190)	(82.202)	(44.190)
Lucro (Prejuízo) real após compensações	(68.944)	(22.956)	(69.225)	(23.183)
Tributos reavaliados	125	159	45	58

Os tributos reavaliados referem-se a provisão do imposto de renda e da contribuição social sobre a depreciação dos bens reavaliados.

8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as adições temporárias e sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa, foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, tendo a seguinte composição:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Provisões não dedutíveis			
Provisão para devedores duvidosos	7.539	7.842	7.906
Provisão para contingências	57.590	90.840	90.840
Provisão para baixa de ativo imobilizado	1.049	1.156	1.156
Provisão para baixa empréstimo PML	30.437	30.437	30.437
Provisão contrato concessão/autorização	892	1.496	1.496
Provisões para Pasep e Cofins s/lcms	5.458	5.458	5.458
Provisão para benefícios pós emprego	22.241	15.601	15.601
	125.206	152.830	152.894
Imposto de renda e Contribuição social sobre as provisões temporárias			
	2021	2020	
Ativo circulante	1.132	1.132	1.132
Ativo não circulante	23.775	23.775	23.775

A Companhia, quando aplicável, contabiliza imposto de renda e contribuição social diferido calculado às taxas vigentes. Os tributos sobre os planos de suplementação de aposentadoria e pensões estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/2012 que aprovou o CPC 33 (R1). Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em virtude das decisões judiciais na extensão de sua provável realização.

9. CRÉDITOS A COMPENSAR

A Companhia ajuizou a ação nº 2007.70.01.007147-4 na 3ª Vara Federal de Londrina-PR em 20/11/2007 (Mandado de Segurança nº 5006960-17.2019.4.04.7001-PR), objetivando que fosse reconhecido o seu direito líquido e certo ao recolhimento das contribuições sociais para o PIS/PASEP e COFINS sem a inclusão, na base de cálculo, da parcela relativa ao ICMS. Em 28/03/2019 a ação transitou em julgado, com decisão favorável à autora, com efeito retroativo ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde dezembro de 2002.

Em 29/07/2019 a Companhia ingressou na Receita Federal do Brasil com pedido de habilitação de crédito decorrente da ação transitado em julgado, a fim de utilização desse crédito. Em 30/09/2019 foi proferido decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação do crédito pleiteado, onde a Companhia apurou um valor de R\$ 26.564, referente ao período de 12/2002 à 11/2007. Em dezembro/2019, a Companhia atualizou o valor pela SELIC e constituiu crédito à compensar no montante de R\$ 26.705. Desse montante, R\$ 10.655 foram registrados na rubrica "Ressarc. /Indenização Diversas" e, R\$ 16.050 na rubrica "Outras Receitas Financeiras". O crédito será compensado com os valores a pagar dos impostos federais PASEP, COFINS, IRPJ e CSLL.

Contudo, a Receita Federal do Brasil emitiu a Solução de Consulta Interna SCI nº 13/2018, firmando o entendimento que o montante a ser excluído da(s) base(s) de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins é o valor mensal do ICMS a recolher, declarados na escrituração fiscal digital do ICMS (EFD-ICMS), e não o ICMS destacado em Nota. Tal divergência será dirimida no julgamento dos embargos de declaração

apresentados pela Fazenda Nacional, processo RE 574.706-PR, previsto para abril/2020 no STF - Superior Tribunal Federal.

Diante desta interpretação, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 5.458, referente à diferença apurada em relação ao ICMS a recolher e ICMS apurado.

Os valores do crédito habilitado quando compensado via PERD/DCOMP estão sujeitos a homologação por parte das autoridades fiscais. A partir do mês de janeiro de 2020 a Companhia passou a realizar tais compensações via PERD/DCOMP dos seguintes tributos: Pasep e Cofins cumulativo e não cumulativo.

Em 31 de dezembro o saldo da conta de créditos a compensar está apresentado da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Créditos a compensar PIS/COFINS	15.936	21.101	21.101
Provisão p/ perdas créditos a compensar	(5.458)	(5.458)	(5.458)
	10.478	15.643	15.643
Ativo Circulante	5.616	6.130	6.130
Ativo não Circulante	4.862	9.513	9.513
	10.478	15.643	15.643

10. VALORES A RECEBER - VENDA DE TERRENOS

De acordo com o Contrato nº 021/2020, firmado entre a Sercomtel S.A – Telecomunicações e as empresas Construtora Zacarias Ltda., RF Agropecuária Ltda e CLM Participações Ltda., foi celebrado o Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel, fazendo mediante exigência de procedimento licitatório, consoante a autuação do Processo Administrativo nº 021/2020, vinculado ao Edital de Concorrência nº 003/2020, que teve por objeto a alienação de terreno localizado ao lado do Alphaville Londrina 2, pelo valor de R\$ 4.780, da seguinte forma: 25% a vista e o restante em 30 parcelas iguais corrigidas pelo INPC.

De acordo com o Contrato nº 021/2020 B, firmado entre a Sercomtel S.A – Telecomunicações e as empresas Montrecon SP São Carlos Incorporações SPE Ltda e Europart Administração Empreendimentos e Participações Ltda, foi celebrado o Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel, fazendo mediante exigência de procedimento licitatório, consoante a autuação do Processo Administrativo nº 021/2020, vinculado ao Edital de Concorrência nº 003/2020, que teve por objeto a alienação de terreno localizado a Avenida Higienópolis, datas 1/18/6/10 A e 1/18/6/10 B, pelo valor de R\$ 19.150, da seguinte forma: 25% a vista e o restante em 30 parcelas iguais corrigidas pelo INPC.

Em 31 de dezembro, o saldo era apresentado da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Valores a Receber - Avenida Higienópolis	7.151	12.394	12.394
Valores a Receber - Alphaville	1.785	3.094	3.094
	8.936	15.488	15.488
Ativo Circulante	8.249	7.434	7.434
Ativo não Circulante	687	8.054	8.054
	8.936	15.488	15.488

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais, que, de acordo com a natureza correspondem:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Cíveis	378	159	159
Tributárias	7.261	6.760	6.760
Trabalhistas	3.884	5.770	5.770
	11.523	12.689	12.689

A Companhia possui valores em litígio de natureza tributária junto a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, referente ao Fust – Fundo de Universalização Serviços Telecomunicações, e outras ações judiciais relativas a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL. Os demais depósitos são de natureza trabalhista e cível.

Ao final do exercício de 2021, foram recebidos os extratos bancários dos depósitos judiciais. Foram efetuadas as atualizações de acordo com os saldos dos extratos bancários.

12. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro o saldo da conta de investimentos está apresentado da seguinte forma:

No exercício de 2021 ocorreu a incorporação da Sercomtel Participações, motivo pelo qual os números desse exercício referem-se somente aos da Sercomtel S.A. – Telecomunicações, já com os efeitos da incorporação.

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Investimentos em controladas	-	5.312	-

12.1. Investimentos em controlada

	Sercomtel Participações	Total
Participação:		
No capital total - %	100,00	
No capital votante - %	100,00	
Informações das empresas controladas		
Patrimônio líquido ajustado em 30 de setembro de 2021	1.578	1.578
Lucro (Prejuízo) líquido em 30 de setembro de 2021	(1.485)	(1.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Em investimento (ativo)	5.312	5.312
Saldo em 30 de setembro de 2021		
Equivalência Patrimonial	(1.485)	(1.485)
Dividendos recebidos	(2.201)	(2.201)
Ajuste de exercícios anteriores	(48)	(48)
Incorporação pela Sercomtel S.A. - Telecomunicações	1.578	1.578
Em investimento (ativo)	-	-

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Individual					Saldo em 31/12/2021
		Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Trans- ferências	Depre- ciação	
Terrenos		10.746	-	-	-	-	10.746
Construções prediais e instalações	4 a 12,5	9.671	-	-	-	(765)	8.906
Equipamentos de comutação	10 a 25	3.610	163	(77)	-	(977)	2.719
Equipamentos de transmissão	5 a 25	74.026	17.349	(927)	(68)	(10.435)	79.945
Equipamentos de terminais	5 a 33	45.011	2.525	(81)	(102)	(2.377)	44.976
Veículos	30,03	10	-	(570)	-	560	-
Equipamentos de informática	10 a 33	666	2.464	(2.384)	-	(176)	570
Bens de infra estrutura	3,33 a 25	11.933	234	450	-	(1371)	11.246
Ferramentas e instrumentos	11,66 a 18,18	467	205	177	-	(295)	554
Equipamento de tele-supervisão	11,11	51	-	-	-	(51)	-
Imobilizado em andamento		7.527	27.679	-	(19.164)	-	16.042
Provisão para baixa		(1.156)	107	-	-	-	(1.049)
		<u>162.563</u>	<u>50.726</u>	<u>(3.412)</u>	<u>(19.334)</u>	<u>(15.887)</u>	<u>174.656</u>
Custo do imobilizado		657.136					677.706
Depreciação acumulada		<u>(494.573)</u>					<u>(503.050)</u>
Imobilizado líquido		<u>162.563</u>					<u>174.656</u>

Em 2006, a Companhia registrou reavaliação espontânea do imobilizado no montante de R\$ 31.201 mil, com base no laudo técnico de avaliação elaborado por empresa independente.

Anualmente é realizado pela Companhia o teste de *impairment* baseado em sua unidade geradora de caixa, de acordo com a metodologia prevista no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, montante de investimentos, embasam a definição de premissas pela Administração. Neste contexto, referências externas como o nível de consumo,

crescimento da atividade econômica no país subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixas futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político econômico, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixas operacionais descontados, sendo que as principais premissas utilizadas foram:

- O conjunto de ativos operacionais utilizados na geração das receitas na data de 31 de dezembro;
- O Planejamento Estratégico para os exercícios de 2022 a 2026 para fins de projeções de receitas e despesas;
- A extensão do horizonte de análise de geração de caixa para o período de 10 (dez) anos, baseado nas premissas iniciais do Planejamento Estratégico, encerrando este período de análise no exercício de 2030;
- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia;
- A taxa SELIC projetada pelo Banco Central para fins de trazer a valor presente os fluxos futuros de caixa gerados em suas operações.

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	Individual					Saldo em 31/12/2021
		Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe-rências	Amortização	
Software	7,69	2.218	41	-	-	(783)	1.476
Custo de intangível		21.917					21.959
Amortização acumulada		(19.699)					(20.483)
Intangível líquido		<u>2.218</u>					<u>1.476</u>

A Companhia adquiriu licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação, os quais estão registrados no ativo intangível como “Direitos intangíveis - software”.

15. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro o saldo da conta de fornecedores está apresentado da seguinte forma:

	2021		2020
	Individual	Controladora	Consolidado
Fornecedores	39.778	34.126	34.241
Passivo Circulante	38.371	16.899	17.014
Passivo Não Circulante	1.407	17.227	17.227
	<u>39.778</u>	<u>34.126</u>	<u>34.241</u>

16. TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em 31 de dezembro o saldo da conta de impostos, taxas e contribuições estão apresentados da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Cofins	691	449	507
Pis/Pasep	129	99	111
ICMS	3.484	11.728	11.867
Contribuição Social	21	13	13
IR	-	-	1
ISS/INSS	-	-	3
Fundo de Univ. Serv. de Telecomunicações - FUST	95	95	107
Fundo Desenv. Tecn.Telecomunicações - FUNTTEL	47	47	52
	4.467	12.431	12.661

17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
ICMS - Gias	114.966	65.573	65.573
ISS/PIS/COFINS	-	-	-
	114.966	65.573	65.573
Passivo Circulante	36.136	23.842	23.842
Passivo Não Circulante	78.830	41.731	41.731
	114.966	65.573	65.573

Segue o demonstrativo dos valores devidos de ICMS:

<u>Número</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor</u>
3093195-5	GIA/ICMS	965
3093196-3	GIA/ICMS	1.987
3093197-1	GIA/ICMS	1.968
3093198-0	GIA/ICMS	2.248
3093199-8	GIA/ICMS	2.582
3093200-5	GIA/ICMS	2.260
3093201-3	GIA/ICMS	1.966
3093202-1	GIA/ICMS	2.425
3118187-9	GIA/ICMS	1.290
3118188-7	GIA/ICMS	2.234
3118189-5	GIA/ICMS	2.430
3118190-9	GIA/ICMS	2.453
3137927-0	Disponibilidade de rede	337
3183599-2	GIA/ICMS	845
3183600-0	GIA/ICMS	910
3183601-8	GIA/ICMS	981
3183602-6	GIA/ICMS	1.385
3183603-4	GIA/ICMS	1.467
3183604-2	GIA/ICMS	1.541
3183605-0	GIA/ICMS	1.845
3251859-1	GIA/ICMS	3.770
3258775-5	GIA/ICMS	1.962
3258776-3	GIA/ICMS	2.478
3258777-1	GIA/ICMS	2.584
3276219-0	GIA/ICMS	2.435
3276220-4	GIA/ICMS	2.842
3276221-2	GIA/ICMS	3.160
3276222-0	GIA/ICMS	3.288
3325529-2	GIA/ICMS	4.330
3328582-5	GIA/ICMS	4.548
3330704-7	GIA/ICMS	2.586
3330705-5	GIA/ICMS	3.049
3330706-3	GIA/ICMS	3.206
3330712-8	GIA/ICMS	4.685
3331588-0	GIA/ICMS	4.235
3334768-5	GIA/ICMS	4.339
3337685-5	GIA/ICMS	4.111
08.859239-5	GIA/ICMS	3.964
08.863183-8	GIA/ICMS	3.995
08.866860-0	GIA/ICMS	3.824
08.869907-6	GIA/ICMS	6.809
08.870665-0	GIA/ICMS	3.725
3093203-0	GIA/ICMS	89
3093204-8	GIA/ICMS	222
3093205-6	GIA/ICMS	234
3093206-4	GIA/ICMS	231
3093207-2	GIA/ICMS	146
		114.966

18. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro o saldo da conta de pessoal, encargos e benefícios está apresentado da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	
	<u>Individual</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Pessoal, Encargos e Benefícios	12.661	9.791	9.799

A Companhia, lançou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), aberto a todos os setores e colaboradores, mediante o pagamento de salários de acordo com o tempo de serviço de cada empregado que efetuou a opção pelo Programa, o período de adesão foi de 27/01/2021 a 04/02/2021.

O Programa contou com a adesão de 165 colaboradores e os valores pagos foram de R\$ 19.104., pagos em 08 parcelas.

No mês de outubro, novamente a Companhia, lançou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), aberto a todos os setores e colaboradores, mediante o pagamento de salários de acordo com o tempo de serviço de cada empregado que efetuou a opção pelo Programa, o período de adesão foi de 26/10/2021 a 01/11/2021.

O Programa contou com a adesão de 45 colaboradores e os valores pagos serão de R\$ 5.698., para pagamento em 08 parcelas.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	
	<u>Individual</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Conta Garantida - Banco Master	6.001	-	-
Sicoob	-	291	291
	<u>6.001</u>	<u>291</u>	<u>291</u>
Passivo Circulante	6.001	291	291
Passivo Não Circulante	-	-	-
	<u>6.001</u>	<u>291</u>	<u>291</u>

Refere-se a captação de recursos através de conta garantida no Banco Master S.A., com a taxa de 0,9% a.m.

20. CONSIGNAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	
	<u>Individual</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Consignação em favor de terceiros	5.546	7.429	6.198

Refere-se substancialmente aos valores de serviços de terceiros cobrados em conta telefônica, e também valores de *co-billing* (conjunto de regras e procedimentos para pagamentos e rateios referentes à remuneração das chamadas que cursam por redes de diferentes operadoras).

21. PROVISÃO PARA IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE REAVALIAÇÃO

Em 31 de dezembro o saldo da conta de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação estão apresentados da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Provisão para IR sobre reavaliação	1.216	1.341	1.341
Provisão para CS sobre reavaliação	437	483	483
	1.653	1.824	1.824

22. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Benefícios pós emprego	22.241	15.601	15.601
	22.241	15.601	15.601

A Sercomtel foi autorizada a instituir e patrocinar uma entidade de previdência privada pela Lei Municipal nº 5.277/92. A SUPRE - Fundação de Suplementação Previdenciária, teve seu estatuto e funcionamento como EFPC, aprovado pelo Ministério da Previdência Social através da Portaria nº 1.359 de 20 de julho de 1994. O início oficial de suas atividades foi a partir de 1º de agosto do mesmo ano, tendo como finalidade conceder benefícios suplementares ou assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social a todos os empregados das Patrocinadoras que se filiarem como Participantes dos Planos de Benefícios. A entidade segue regulamentações e normas estabelecidas para as entidades fechadas de previdência complementar, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora do plano assistencial e plano previdenciário são registradas em consonância com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33 (R1), com vigência, a partir de 01/01/2013.

Os valores contabilizados referem-se ao cálculo do benefício pós emprego sobre o Plano de Saúde e o Plano de Previdência.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião dos advogados, relativamente às ações judiciais classificadas como probabilidade de perda provável, a provisão para contingências foi realizada com base no estágio atual dos processos, bem como das teses jurídicas, argumentos e provas constantes dos autos de cada um dos processos, e considera uma estimativa de valores para cobrir eventuais desembolsos financeiros.

Em 31 de dezembro os processos judiciais, cuja perda foi considerada provável pelos advogados estavam compostos da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Cíveis	32.620	32.002	32.002
Trabalhistas	24.970	58.838	58.838
	57.590	90.840	90.840

A Companhia vem discutindo determinadas questões cíveis, tributárias e trabalhistas na esfera judicial, as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais (vide nota 11).

a) Ações cíveis

Referem-se substancialmente a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL, questões contratuais com fornecedores, ações movidas por consumidores e os processos em que se discute o direito a ações da empresa.

No que se refere ao direito a ações da empresa, a SERCOMTEL tem adimplido os honorários de sucumbência, custas processuais e valores referentes a dividendos e JCP, relacionados aos processos individuais em direito acionário, assim tem sido realizada pela Companhia a entrega das ações preferenciais aos proprietários, que atendessem os requisitos previstos na Lei nº 11.640/2012.

Importa também informar que a Companhia igualmente está cumprindo a sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública, Autos nº 008765-63.2001.8-16.0014, na qual o Ministério Público Estadual logrou êxito em assegurar aos 52.778 usuários que custearam os serviços telefônicos da autarquia SERCOMTEL o direito de receber o certificado das ações devidas, bem como dividendos. O cumprimento se dá na via administrativa ou nas execuções individuais eventualmente propostas. Nas demandas judiciais referentes a Ação Coletiva, há também a obrigação da Sercomtel em adimplir valores a título de custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência.

Dentre as ações cíveis que envolvem a Anatel (compostas de execuções fiscais propostas pela Agência e embargos à execução e/ou ações declaratórias de nulidade propostas pela Sercomtel), a discussão se adstringe às multas aplicadas por supostas infrações que teriam sido praticadas pela companhia e que foram aferidas através de processos administrativos - PADOS.

Tais multas versam, em sua maioria, sobre descumprimentos de obrigações com os usuários e obrigações decorrentes de seus contratos de concessão do serviço de telefonia fixa, o que envolve as metas do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) e bens reversíveis.

A Companhia iniciou a política de acordo, e intensificou o trabalho preventivo com as demais áreas de e, por isso houve, diminuição no contingenciamento dos valores referentes a processos de Direito do Consumidor, cujas principais temáticas versam sobre falhas de prestação de serviço, inscrição indevida em SPC/SERASA e cobranças indevidas.

b) Ações trabalhistas

As contingências trabalhistas são compostas, na sua maioria, de ações relativas à ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, com pedidos relativos à reenquadramento salarial, equiparação, reintegração ao emprego, dentre outras verbas trabalhistas.

Além disso, contingência passiva provável, dos processos trabalhistas de ex-empregados da Sercomtel, sofreu sensível redução no final de 2021, pois a Companhia logrou êxito em celebrar diversos acordos em execuções definitivas e provisórias, especialmente em processos em que se discutiam pedidos de reintegração de empregados desligados em 2013.

Em tais processos, a Sercomtel havia sido condenada na reintegração no emprego e no pagamento de salários de afastamento até a efetiva reintegração.

A Administração, com base na opinião de seus advogados, considera que as provisões para contingências cíveis e trabalhistas, são suficientes para cobrir eventuais desembolsos financeiros decorrentes dessas questões judiciais.

A Administração elenca os valores das ações classificadas como probabilidade de perda possível, conforme opinião dos advogados relativamente às ações judiciais em trâmite. Entretanto, não foram constituídas as respectivas provisões sobre as ações com possível risco de perda, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, mas, tão somente, sua divulgação.

Os processos de perda possível somavam, conforme abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis	219.902	222.417
Trabalhistas	8.135	21.566
Tributárias	21.031	20.388
	<u>249.068</u>	<u>264.371</u>

a) *Ações cíveis*

Destacam-se daquelas relativas a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL e questões contratuais com fornecedores e ações movidas por consumidores.

Entre as questões cíveis, tramita perante a 1ª Vara Cível de Osasco, Estado de São Paulo, a ação monitória que tem como objeto nota promissória que sofreu diversas cessões até que se tornasse de titularidade da autora, a empresa GHR Importação e Exportação Ltda. A nota promissória foi assinada em junho de 2000 e somente em 2010 foi ajuizada a referida ação monitória visando cobrar os valores, razão pela qual a Sercomtel S.A. - Telecomunicações entende que não é provável a conversão do documento escrito em título executivo judicial, por estar prescrita a dívida. Entretanto, por não haver uma decisão judicial sequer em primeira instância, por prudência, a Companhia classificou a ação com a probabilidade de perda possível, no valor de R\$ 200.000, valor este constante da última planilha de atualização apresentada no processo.

Por fim, tocante às ações de cobranças movidas pela Companhia, percebeu-se incremento no número de ajuizamentos, com o objetivo de implementar a recuperação de créditos.

b) *Ações trabalhistas*

São compostas, na sua maioria, de ações relativas à ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, com pedidos relativos à reenquadramento salarial, equiparação, reintegração ao emprego, dentre outras verbas trabalhistas.

c) Ações tributárias

Trata-se de 2 (duas) Execuções Fiscais movidas pelo Estado do Paraná, nas quais são executados valores devidos a título de ICMS.

Nos autos 0031397-05.2009.8.16.0014 (ICMS competência 2004), a SERCOMTEL aderiu ao parcelamento do débito, remanescendo tão somente a cobrança dos honorários advocatícios devidos a PGE/PR no importe de R\$ 204.

Já nos autos 0033118-45.2016.8.16.0014, discute-se ICMS sobre Disponibilidade de Rede. Os atos executórios foram suspensos, em razão da liminar obtida pela Sercomtel no Mandado de Segurança nº 0085236-61.2017.8.16.0014, impetrado perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina.

24. PARCELAMENTOS ANATEL

A Administração optou pela adesão da Lei 12.996/2014, denominado Refis da Copa, visando buscar a regularidade fiscal junto a ANATEL. Após a aprovação na Redir nº 729 e no CAD nº 262, a Companhia aderiu ao parcelamento dos débitos decorrentes de Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigação - PADOs, da ANATEL, tendo pago 10% do valor em 05 parcelas e o saldo remanescente parcelado em 180 vezes, atualizado pela taxa SELIC taxa SELIC.

Execução Fiscal	2021	2020
5013400-39.2013.404.7001	3.744	4.107
5013400-39.2013.404.7001	50	55
5004765-69.2013.404.7001	1.401	1.537
5010996-15.2013.404.7001	575	631
Esfera Administrativa	520	570
5008214-98.2014.404.7001	583	640
Esfera Administrativa	105	115
5013637-39.2014.404.7001	68	75
5008217-53.2014.404.7001	57	63
5011779-07.2013.404.7001	125	137
5001631-05.2011.404.7001	814	893
5009266-37.2011.404.7001	625	685
5009268-07.2011.404.7001	540	593
5002767-03.2012.404.7001	573	629
5004215-79.2010.404.7001	108	118
5000562-69.2010.404.7001	41	45
5003372-17.2010.404.7001	210	231
5004192-36.2010.404.7001	68	75
5000734-35.2015.404.7001	1.093	1.608
53516002295_2008	1.107	1.605
53516000948_2009	664	962
	13.071	15.374
Passivo Circulante	2.718	2.640
Passivo Não Circulante	10.353	12.734
	13.071	15.374

25. PARCELAMENTOS SUPRE

Baseado em parecer emitido pela Exactus Consultoria Atuarial, anexado ao parecer jurídico emitido pelo escritório Bichara Advogados, em dezembro de 2014, a Companhia, através da 740ª Reunião de Diretoria, aprovou o registro contábil de crédito no montante de R\$ 4.040, referente aos saldos dos fundos mantidos pela Fundação, entendidos pelos assessores jurídicos, como um valor a receber junto a SUPRE, o qual passou a ser compensado com as contribuições mensais subseqüentes devidas pela Patrocinadora.

Face a contestação da SUPRE quanto ao procedimento adotado pela Patrocinadora, a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, da PREVIC, decidiu, por meio de sentença arbitral proferida no processo nº 397045330, que os recursos que integram os citados fundos, não poderiam ser integralmente revertidos em favor da Patrocinadora. Como consequência, foram promovidos os ajustes necessários ao cumprimento da referida decisão, gerando a reversão da receita reconhecida anteriormente, assim como o passivo decorrente das compensações efetuadas até agosto de 2016, o qual será liquidado em 120 parcelas.

Tendo em vista o Auto nº 0052355-55.2010.4.01.3400., objetivando o imediato ressarcimento dos valores de remuneração dos dirigentes cedidos pela Sercomtel S.A. – Telecomunicações, na qualidade de patrocinadora, através da 1.039ª Reunião de Diretoria deliberado pela realização do Termo Aditivo ao Termo de Transação e Assunção de Responsabilidade, que trata dos valores devidos pela Sercomtel a Supre, para pagamento dos valores em 60 parcelas, com o índice de correção pelo INPC

Em 31 de dezembro, o saldo era apresentado da seguinte forma:

	2021	2020
Supre	<u>5.142</u>	<u>5.731</u>
Passivo Circulante	1.203	1.086
Passivo Não Circulante	<u>3.939</u>	<u>4.645</u>
	<u>5.142</u>	<u>5.731</u>

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bordeaux Fundo de Investimento	1.322.464.524	99,92	8.561.009	82,42	1.331.025.533	99,78
Outros	1.052.501	0,08	1.826.536	17,58	2.879.037	0,22
	<u>1.323.517.025</u>	<u>100</u>	<u>10.387.545</u>	<u>100</u>	<u>1.333.904.570</u>	<u>100</u>

Em 23/12/2020, os Acionistas presentes à 96ª Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), por unanimidade de votos, aprovaram o aumento do capital social da Sercomtel S.A. – Telecomunicações (“Sercomtel”), no valor de R\$ 130.000 (cento e trinta milhões de reais), por meio da emissão de 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, ao valor de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de reais) cada. Referida operação foi totalmente subscrita pelo Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Bordeaux”), sendo que a integralização aconteceu da seguinte

forma: R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), por meio de aporte de recursos financeiros em 23/12/2020 e, R\$ 80.000 (oitenta milhões de reais) no prazo máximo de até 18 (dezoito) meses, a partir da subscrição, e de acordo com a necessidade de fluxo de caixa da empresa e de forma a serem atendidos os indicadores econômico-financeiros exigidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

Também na AGE os Acionistas Município de Londrina (“Município”) e Companhia Paranaense de Energia (“Copel”) exerceram a opção de venda em relação as ações desembaraçadas de sua propriedade ao Fundo Bordeaux. O Acionista Município de Londrina realizou através do Chamamento Público nº SMG 0002/2020, processo de oferta de ações aos empregados da Sercomtel, em atendimento à lei de criação da Companhia. Em 20/07/2021, as 240.973 (duzentos e quarenta mil, novecentos e setenta e três) ações ordinárias e 79.826 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e seis) ações preferenciais, remanescentes do processo de alienação aos funcionários da Sercomtel foram alienadas e transferidas pelo Município ao Fundo Bordeaux.

27. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro o saldo da conta de outras receitas (despesas) operacionais está apresentado da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Outras Despesas Operacionais			
Passivo exigível	(22.800)	(8.193)	(8.193)
PDV - Prog. Demissão Voluntária	(24.612)		
Juros/Multas	(8.659)	(227)	(227)
Patrocínios sociais e esportivos	(17)	-	-
Descontos concedidos	(853)	(370)	(370)
Impostos, taxas e contribuições	(3.311)	(3.842)	(4.088)
Despesas com provisões	31.902	(45.207)	(45.207)
Ônus Anatel (concessão/autorização)	(1.359)	(196)	(196)
Pré-pago - Provedor	(250)	(501)	(501)
Outros	(301)	(1.992)	(3.197)
	(30.260)	(60.528)	(61.979)
Outras Receitas Operacionais			
Serviços técnicos administrativos	10.485	18.006	18.607
Receitas com multas	1.799	1.344	1.344
Receita com despesas recuperadas	2.486	4.696	2.823
Outras receitas operacionais/não operacionais	3.148	15.652	15.652
	17.918	39.698	38.426
	(12.342)	(20.830)	(23.553)

28. RESULTADO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro o saldo da conta resultado financeiro está apresentado da seguinte forma:

	2021	2020	
	Individual	Controladora	Consolidado
Despesas Financeiras			
Juros sobre fornecimento de materiais e serviços	(642)	(632)	(632)
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	(8.436)	(2.337)	(2.337)
Juros de instituições financeiras	(16)	(145)	(145)
Juros - outros	(668)	(10.182)	(10.182)
IOF - outros	(36)	(30)	(34)
Outras despesas	(589)	-	(510)
	(10.387)	(13.326)	(13.840)
Receitas Financeiras			
Juros sobre aplicações financeiras	3.689	190	212
Juros sobre contratos	1.299	586	586
Juros - atualizações de impostos	400	317	317
Juros sobre contas telefônicas	974	1.001	1.001
Atualização de adiantamento controladas - PML	-	820	820
Atualização contas receber - fixa/celular	913	281	281
Descontos obtidos	976	1.116	1.119
Bonificações/Prêmios	-	108	108
Ganhos na arrecadação	235	94	94
Outras receitas financeiras	8.826	583	625
	17.312	5.096	5.163
	6.925	(8.230)	(8.677)

29. SEGUROS

A Administração, apoiada na avaliação de especialistas, contrata cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros em seu ativo imobilizado. Os tipos de seguros contratados são: responsabilidade civil facultativa – automóvel, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil geral, riscos diversos - roubo de valores, riscos diversos - equipamentos. Os administradores da companhia estão cobertos por seguro de responsabilidade civil – D&O.

30. COMPROMISSOS COM ANATEL

A Sercomtel S.A. - Telecomunicações, concessionária do serviço telefônico fixo comutado - STFC para o setor 20 da Região II do PGO (Municípios de Londrina e Tamarana), em observância ao contido no Plano Geral de Metas para a Universalização – PGMU IV (Decreto nº 10.610/2021) estabelece que as concessionárias de telefonia fixa instalem backhaul com tecnologia de fibra ótica em sede de municípios, vilas, áreas urbanas isoladas e aglomerados rurais. O cronograma de implementação prevê o atendimento de:

- I - no mínimo, 10% dos locais até 31 de dezembro de 2021;
- II - no mínimo, 25% dos locais até 31 de dezembro de 2022;
- III - no mínimo, 45% dos locais até 31 de dezembro de 2023;
- IV - 100% dos locais até 31 de dezembro de 2024.

31. EFEITO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Face os recentes acontecimentos relacionados com a pandemia do coronavírus (COVID-19), a Administração da Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos e seus efeitos sobre as áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos e sociais, sendo que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.